



PRECARIEDADE FORMATIVA DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Edilene Purificação Oliveira¹

RESUMO

Houve-se o tempo em que a busca de aperfeiçoamento de formação valorativa era apenas a garantia de conquista de teto salarial, hoje em dia há uma nova preocupação acerca da oferta de ensino e de aprendizagem, principalmente aquele ofertado aos alunos que apresentam ou não algum transtorno. Desse modo, neste artigo, pretende-se discorrer acerca das propostas de formação continuada e da disponibilização de cursos na área de educação especial/inclusiva, ofertados aos docentes da rede regular que atuam nas escolas públicas da rede municipal de ensino da cidade de Mundo Novo-Bahia e que atendem alunos com necessidades educacionais especiais. Partindo da preocupação de como inserir o aluno com transtorno do espectro autista dentro da sala de aula inclusiva e garantir sua permanência, o professor necessariamente, portanto, precisa acompanhar as mudanças que vêm acontecendo nos últimos tempos, sejam elas na perspectiva da inclusão e nas novas estratégias habilitadas no desenvolvimento de ações relacionadas ao atendimento às diversidades do processo de aprendizagem desse sujeito para a vida e garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Formação Continuada. Necessidade Educacionais Especiais. Inclusão.

ABSTRACT

There was a time when the search for improvement of value training was only the guarantee of achieving a salary cap, nowadays there is a new concern about the offer of teaching and learning, especially that offered to students who have some disorder or not. Thus, in this article, we intend to discuss the proposals for continuing education and the availability of courses in the area of special/inclusive education, offered to teachers of the regular network who work in public schools of the municipal school system of the city of Mundo Novo-Bahia and who serve students with special educational needs. Starting from the concern of how to insert the student with autism spectrum disorder into the inclusive classroom and ensure their permanence, the teacher necessarily needs to follow the changes that have been happening in recent times, whether from the perspective of inclusion and in the new strategies enabled in the development of actions related to the care of the diversities of the learning process of this subject for life and guarantee of their rights.

Keywords: Continuing education. Special Educational Needs. Inclusion.

RESUMEN

Hubo un tiempo en que la búsqueda de la mejora de la formación en valor era solo la garantía de lograr un tope salarial, hoy en día existe una nueva preocupación por la oferta de enseñanza y aprendizaje, especialmente la que se ofrece a los estudiantes que tienen algún trastorno o no. Así, en este artículo, pretendemos discutir las propuestas de educación continua y la disponibilidad de cursos en el área de educación especial/inclusiva, ofrecidos a los docentes de la red

¹ Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Luterana do Brasil (2011). Licenciatura em Pedagogia, do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes-FAI-ARA (2016); Especialização em Educação em LIBRAS-FBCBRASIL (2016); Pós-Graduada em Educação Inclusiva- Faculdade Ávila- (2014). E-mail:



regular que trabalham em escolas públicas do sistema escolar municipal de la ciudad de Mundo Novo-Bahía y que atienden a estudiantes con necesidades educativas especiales. Partiendo de la preocupación de cómo insertar al estudiante con trastorno del espectro autista en el aula inclusiva y asegurar su permanencia, el docente necesita necesariamente seguir los cambios que se han venido produciendo en los últimos tiempos, ya sea desde la perspectiva de la inclusión y en las nuevas estrategias habilitadas en el desarrollo de acciones relacionadas con el cuidado de las diversidades del proceso de aprendizaje de esta asignatura para la vida y garantía de sus derechos.

Palabras clave: Educación Continua. Necesidades Educativas Especiales. Inclusión.

INTRODUÇÃO

A cada dia, as escolas se tornam mais complexas e desafiadoras, por isso a formação continuada do professor representa um dos principais caminhos para que as escolas se tornem mais adaptáveis às novas transformações que estão surgindo na sociedade e na educação. A não padronização da qualidade de ensino exigida para potencializar o conhecimento e as habilidades do aluno especial têm exigido que educadores estejam mais preparados para atender às demandas dos alunos que estão sendo assistidos nas salas de aula. Entretanto, a precariedade destas formações tem se tornado algo preocupante para a oferta e qualidade desse serviço.

Esse tema, inclusive, não tem nada de inovador, muito pelo contrário, ele é motivo de incessantes falas no âmbito educacional e profissional, vindo à tona sempre quando a escola recebe alunos que exigem uma atenção maior devido a suas necessidades. As *Políticas de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008) reconhecem e classificam esse aluno como estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

O documento normativo e orientador da política de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, institui que as diversas ações e adequações devem ser implementadas pelos sistemas de ensino para que eles possam desenvolver o processo de inclusão. No entanto, observa-se que, para os alunos com deficiência, ainda se tem uma longa caminhada a fim de passarmos de fato a garantir esse direito na sua totalidade.

Observa-se, nesse interim, uma corrente de mudanças para assegurar a esses alunos o acesso às escolas, limitando-se à estruturação arquitetônica, ao material didático e à disponibilização do profissional de apoio para o aluno



público da educação especial, mas se faz necessário saber que este profissional se limita apenas a apoiar esse estudante nas atividades de higiene, de alimentação e de locomoção, neste caso, aplicadas a alunos com deficiência física, ou seja, não há autonomia pedagógica. Em sua maioria, o aluno se torna responsabilidade deste profissional de apoio, sendo mais uma peça dentro da sala de aula que, automaticamente, o exclui do processo de inclusão, o que não é o objetivo da política de inclusão.

A educação especial vem acontecendo de forma sistemática, mesmo que há anos se fale e se discuta sobre a modalidade de ensino, sendo, desse modo, um dos maiores empecilhos a falta de profissional qualificado e de formação continuada específica, o que são condições fundamentais para garantir o aprendizado desse público.

A formação na área da educação especial está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a qual estabelece, em seu Art. 59, a determinação de que os sistemas de ensino assegurem a tais educandos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades” (BRASIL, 1996). Em contrapartida, o que se percebe, em especial, na grade que contempla a Educação Especial é que existe uma limitação deficitária e desatualizada destas formações, precisando, urgentemente, ser avaliada e traçar novos conceitos a sua oferta a fim de contemplar e atingir todas as deficiências e transtornos que, em sua maioria, pouco é abordado, sendo hoje uma realidade que se vem ganhando espaços dentro das escolas.

As escolas ainda não estão preparadas para atender a demanda de alunos do público da educação especial, pois a maioria das escolas asseguram as matrículas destes alunos com deficiência para garantir os recursos. Ao longo do tempo, tentam se adequar ao novo contexto escolar, mas estes não apresentam condições para a implementação de salas multifuncionais, faltam professores habilitados para fazer atendimento que ofereça condições para a operacionalização desse projeto pedagógico inclusivo.

Assim, a inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece.



Outro fator que impossibilita ou dificulta a inclusão é a formação do professor que, em grande maioria, alegam não estar preparados para atender os alunos com deficiência em suas salas de aula ou que não têm formação adequada para incluir esse aluno de forma correta a fim de eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem e participação no processo educativo, o que acarreta a discriminação e as exclusões alunos da educação especial.

Faz-se necessário, por fim, que toda a comunidade escolar que trabalha direto ou indiretamente com esse público se especialize, capacitando de forma humanística estes profissionais, uma vez que estes são os primeiros a discriminar e excluir as pessoas com deficiência. Apenas com ações de formação como estas é que, de fato, promoveremos a inclusão e a aceitação por todos e contemplando não só as limitações da pessoa com deficiência, mas valorizando as suas potencialidades. Então, para fomentar essas necessidades no projeto político pedagógico, precisa-se incluir a previsão metas que garantam apoio administrativo, técnico e científico da educação inclusiva, com ações que venham possibilitar as propostas curriculares diversificados do aluno que contemple o aluno com necessidades educativas especiais e todos envolvidos.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A REAL INCLUSÃO

O conceito de educação inclusiva é entendido como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero.

Destaca-se que essa modalidade, implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. Blanco (2003) define que a Educação Inclusiva significa:

[...] pensar em uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (BLANCO, 2003, p. 16).



Para tanto, a educação inclusiva é entendida como um processo social, no qual todas as crianças com deficiência e com distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização, quebrando os paradigmas e as barreiras, assegurando a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças deste público.

Desde a elaboração da Declaração de Salamanca, recomenda-se que o princípio da inclusão seja o reconhecimento da necessidade de os sujeitos especiais serem aceitos em escolas regulares, seguindo a recomendação de uma gestão eficiente que atendesse aos princípios de eficácia e de eficiência. Neste momento, percebe-se que, necessariamente, as políticas de gestão teriam de sofrer mudanças para onde objetivavam a enxergar esse aluno como capazes de serem instruídos e educados.

Entretanto, para que isso de fato aconteça, se faz necessário investir em formação do professor a fim de garantir que esse aluno seja contemplado da mesma forma dos alunos que não apresentam nenhuma necessidade educativa especial. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) recomenda, em seu Art. 59, que essa modalidade de ensino seja ofertada preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo contar com o apoio especializado para o atendimento adequado aos alunos especiais em classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a inclusão em classes regulares.

Já em sua alteração, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, traz, em seu Art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 2013)

Haja vista que a formação do professor se faz necessária para alicerçar uma escola e ofertar um ensino de qualidade e inclusivo, esse dispositivo reforça a necessidade desta formação continuada. Foi-se o tempo que o exercício do magistério contemplava o novo conceito de educação, já que, em tempos atuais,



as salas de aulas estão recebendo uma diversidade de educando com formas de aprendizagem diferente uma das outras, o que exige do professor aperfeiçoamento e qualificação para lidar com a demanda.

Neste contexto, surge a preocupação do melhoramento do conhecimento e qualidade destas capacitações, a fim de evitar conflitos que impeçam a aprendizagem significativa do aluno com NEE, entendendo as diversidades e peculiaridade de cada criança, tornando a inclusão possível e adequada.

Como exemplo, tem-se o aluno com autismo, pois o professor deve entender sobre a temática que envolve o autismo, entender como esse aluno interage neste ambiente escolar, para não acontecer o preconceito no processo de inclusão. No entanto, as formações ofertadas em nível de graduação e especialização que contemplam a educação especial, não preparam esse profissional para o acolhimento do aluno com autismo.

Dessa forma, a inquietação que permeia e fomenta esse artigo surgiu na síntese da tese do mestrado em Ciências da Educação, pela Universidade Interamericana, quando foram analisados os dados coletados por meio da entrevista semiestruturada, junto a professores de lotados em uma escola no município de Mundo Novo - BA, que tinha como objetivo principal da pesquisa identificar as tensões, os conflitos e as soluções presentes da relação entre docentes e o Atendimento Educacional Especializado – AAE ao lidar com alunos com autismo.

O que evidenciou na entrevista foi que os profissionais de educação possuem experiência e formação suficiente para atuarem na Educação Básica em classes regulares com alunos *sem* necessidades educativas especiais e no que se refere à experiência para o atendimento ao aluno *com* necessidades educativas especiais, ainda se encontra uma grande resistência nesta oferta por parte dos professores, o que problematiza a naturalização da não aprendizagem atribuída ao aluno com deficiência.

Nesse contexto, o aluno com transtorno do espectro autista é muito prejudicado, pois o que deveria ser um espaço onde se garantiria o acesso incondicional e inclusivo, se define como um ambiente de evasão de todas as tentativas para se livrar dos alunos considerados por eles problemáticos e incapazes de educar, sendo estas marcas de uma instituição que não analisa os aspectos comportamentais e pedagógicos, devendo ser levados em conta para que se



saiba como lidar, ensinar e avaliar, criando condições favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos com TEA no ambiente inclusivo

A prática dos professores de alunos com autismo entrevistados, apenas se limitou no campo da amorosidade, não se notando interesse pelo sujeito, nem seu transtorno o que poderia ajudar nos procedimentos pedagógicos que tem se tornado grande reprodutores das barreiras para a garantia da inclusão. Assim, o professor, no geral, é apontado como o principal ator da história da exclusão do aluno com TEA, mas é necessário salientar que o professor e a escola abandonam a crença de que inclusão depende de fatores externos ao contexto escolar, rompendo com dependência de um processo permanente de formação da escola.

Deve-se considerar, ainda, que, seguindo modelos de atendimento com base na deficiência, apontam-se as transformações de concepções nas práticas pedagógicas, de gestão, de sociedade e de família, estabelecendo uma articulação entre a oferta de uma educação inclusiva prevendo a participação de todos na escola e a efetivação do direito à inclusão.

Segundo Battisti e Heck (2015, p. 15):

[...] a chegada da criança com autismo na escola regular gera grande preocupação tanto por parte da família quanto da escola", uma vez que há muita falta de conhecimento sobre qual a melhor forma de lidar com esse indivíduo e exige um comprometimento por parte do professor que obriga a ofertar instrumentos que desenvolva e melhor potencialize às necessidades dos alunos com um currículo apropriado, com estratégias de ensino eficazes envolvendo toda a comunidade escolar e todos os envolvidos com a rotina escolar deste aluno. (BATTISTI; HECK, 2015, p. 15)

Desse modo, ofertar um currículo adequado para o aluno com TEA tem se tornado motivo de inquietação por grande parte dos professores, sendo imprescindível que o educador analise as capacidades e as limitações de cada aluno para traçar uma proposta de currículo e tenha confiança para transmitir a ele. Ainda, é notável que a insegurança e a falta de entendimento pelo transtorno limitam qualquer atuação junto ao aluno com autismo, dado que a realidade de cada indivíduo difere do outro, sendo pertinente observar o processo educativo do autista.



Para Chaves e Abreu (2014, p. 6), ao educador, faz-se necessário observar a real necessidade do aprendente autista e como esse currículo vai ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo. Nesse cenário, conscientes da importância de adequação de currículo, muitos professores se sentem despreparados para identificar as necessidades do aluno e ter uma ideia formada de como lidar com o transtorno.

Em contrapartida, a relação que permeia vem cercada de medos e de incertezas, o que interfere no sucesso da aprendizagem. Mantoán (2003) afirma que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um." para tanto se faz necessário que o professor se torne um pesquisador e se aproprie de conhecimento que o ajudara a entender seu aluno, algumas das ferramentas para esse entendimento são ofertados em nas formações continuada que possibilita ao professor a atualização e a transformação de suas práticas profissional. (MANTOÁN, 2003)

Algumas formações já são ofertadas nos cursos e nas especializações acadêmicas, mas a realidade que vivenciamos é que há uma precariedade na oferta dos cursos da educação especial, no que concerne à grade que contempla a disciplina, não abrangendo todas as deficiências e, em sua maioria, se resumindo em citações de casos.

Nesse ponto, o professor pesquisador terá de resumir sua experiência de estudo em seminários e em pesquisas sem abordar ou se aprofundar nos diversos conceitos da deficiência. Outro ponto a ser ressaltado é referente à carga horária das formações e a distribuição das mesmas, sendo comum observar que, a maioria dos cursos ofertados, abordam a área da surdez e da deficiência visual em quase toda carga horária. Outra grade pauta-se no marco teórico no qual perpassam, de forma pincelada, as outras deficiências e os transtornos, afetando significativamente o processo de formação desses profissionais.

Quando se questionou na entrevista realizada junto aos docentes de Mundo Novo - BA a respeito da formação, os professores afirmaram ter tido contato com a temática por meio de disciplinas específicas ou por processos formativos diversos referentes à educação especial, mas não em específico



sobre autismo, o que reitera a rasa formação dos docentes no ramo da educação inclusiva com ênfase aos acometidos com autismo.

Outro ponto abordado, referiu-se ao *autismo enquanto conceito*, portanto, perguntou-se aos docentes, ao longo das entrevistas, *como você compreende o autismo e suas particularidades? E em qual etapa da sua formação considera ter construído esse conhecimento?* Nas respostas obtidas, percebeu-se o pouco aprofundamento sobre o autismo em si, e alguns professores conseguiram formular as respostas que se aproximavam do que é autismo. Outros deixaram clara a negativa de conhecimento ou total desconhecimento do tema e, ainda, tiveram aqueles que se aproximaram da temática autista por terem em seu seio familiar uma pessoa com o transtorno do espectro autista.

Na coleta de dados obtidas através da entrevista semiestruturada, deixou claro a falta de preparo para trabalhar com aluno com TEA, o que implica negativamente o processo de aprendizagem e a garantia da inclusão escolar deste aluno; os desafios enfrentados no processo de escolarização; e prejudica diretamente na formação continuada do educador, pois é necessário que esse professor analise as dificuldades enfrentadas pelos alunos e para então criar as melhores condições de aprendizagem dos aluno com TEA.

Destaca-se, ainda, que, se ele não recebeu a formação adequada para lidar com os aspectos desafiadores do processo de escolarização dos alunos com autismo, os quais apresentam dificuldades de socialização, comportamento e seguir regras, este professor não poderia assegurar que esse aluno esteja incluído na sala de aula sem que o exclua do processo de ensino. Assim, automaticamente está se negando o direito de se ter a transformação da sua história.

Segundo Freire (2002, p. 70):

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. (FREIRE, 2002, p.70)

Em todas as nossas áreas de atuação, precisamos assumir que nosso conhecimento nunca será útil o suficiente, se não mantivermos uma rotina de formação continuada. Tal comportamento pode possibilitar a tomada de



decisões incorretas, pois a falta de atualização dos conhecimentos gera consequências irreparáveis. Por fim, precisamos nos tornar exploradores do conhecimento, visando a melhoria e a qualidade de oferta de serviço e do próprio entendimento do assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades encontradas na educação inclusiva são diversas, desde professores despreparados a salas lotadas. Há, ainda, escolas com infraestrutura inadequada e não adaptadas às diversas limitações, com professores não conscientes da importância de adequar seu planejamento de acordo com as necessidades dos alunos, e sentindo-se despreparados para identificar suas necessidades e avaliá-los.

Quando o educador possui instrumentos para identificar a potencialidade e os saberes de seus alunos, este profissional sente-se capaz de ajustar sua prática para aqueles com necessidades educacionais especiais. Porém, o professor precisa estar ciente de sua capacidade para tornar possível o processo inclusivo e lidar com a precariedade na formação do professor, que implica a deficiência do processo de inclusão, o que nos faz questionar sobre qualidade das formações ofertadas nas instituições de ensino que não complementa a educação especial no um todo, em especial o transtorno do espectro autista.

A educação inclusiva, então, é uma modalidade de ensino que perpassa toda esfera da educação e escola, e há a necessidade de se ofertar um ensino de qualidade, sendo isso de extrema importância para esse aluno. Percebe-se que a carência de formação compromete o desenvolvimento dos alunos autistas em sala de aula, sendo essa uma realidade que precisa ser modificada. O que ficou claro, ainda, é que se deve investir em formação específica na área de educação especial a fim de evitar avaliações errôneas e excludentes que culminam na rotulação dos autistas como alunos problemáticos e indisciplinados, reiterando que a formação dos docentes é insuficiente, quando se aborda a educação inclusiva com ênfase aos acometidos com autismo.



REFERÊNCIAS

BLANCO, R. Aprendendo na diversidade: Implicações educativas. **Conferência apresentada no III Congresso Ibero-americano de Educação Especial**. Foz do Iguaçu, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Brasília: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 23 ago. 2021.

CHAVES, M. J.; ABREU. M. K. de A. **Currículo inclusivo**: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20866516-Curriculo-inclusivo-proposta-de-flexibilizacao-curricular-para-o-aprendente-autista.html>. Acesso em 21 abr. 2021.

DIVERSA. **Educação Inclusiva na Prática**. Disponível em: <http://diversa.org.br> Acesso em: 15 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.



MANTOÁN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOÁN, Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, v. 83, 2004.